1.0 gerenciamento de Infraestrutura de Chaves Públicas (PKI)

1.1 Gerenciamento de chaves

O Gerenciamento de Chaves em uma PKI (Infraestrutura de Chaves Públicas) envolve a administração e o controle das chaves de criptografia utilizadas em certificados digitais. As chaves desempenham um papel essencial na segurança da comunicação e na autenticação de entidades em uma infraestrutura baseada em PKI.

1.2 Ciclo de vida das chaves

O ciclo de vida das chaves em uma PKI é composto por várias etapas, que incluem:

- **Geração de chaves:** Nessa etapa, as chaves criptográficas são geradas de forma segura. Uma chave privada é criada e associada a uma chave pública correspondente. A chave privada deve ser mantida em segredo e protegida adequadamente, enquanto a chave pública pode ser compartilhada livremente.
- Solicitação e emissão de certificados: Após a geração das chaves, é feita uma solicitação de certificado digital que inclui a chave pública. A solicitação é enviada a uma Autoridade Certificadora (AC) confiável, que valida a identidade do solicitante e emite um certificado contendo a chave pública e outras informações relevantes.
- Armazenamento e proteção: O armazenamento seguro das chaves privadas é crucial para evitar o acesso não autorizado. Recomenda-se o uso de dispositivos de segurança, como HSMs (Módulos de Segurança de Hardware) ou smart cards, para proteger as chaves privadas. Além disso, é importante implementar controles adequados de acesso e realizar backups regulares das chaves.
- Renovação e proteção: Os certificados digitais têm uma validade limitada, geralmente de um a três anos. Durante esse período, é necessário acompanhar a expiração dos certificados e realizar sua renovação antes que se tornem inválidos. Isso envolve a geração de uma nova solicitação de certificado e a substituição do certificado anterior pela nova versão.
- Revogação: Em certas situações, um certificado digital pode se tornar comprometido ou não confiável antes de sua data de expiração. Nesses casos, é necessário revogar o certificado para indicar que ele não deve mais ser considerado válido. A revogação pode ocorrer por motivos como perda da chave privada, suspeita de comprometimento ou cessação de associação com uma organização.
- **Destruição:** Quando um certificado digital não é mais necessário ou quando a chave privada associada é comprometida, é fundamental garantir sua destruição adequada. Isso evita o uso indevido da chave privada e garante a segurança contínua da infraestrutura.

O Gerenciamento de Chaves em uma PKI é essencial para garantir a confidencialidade, integridade e autenticidade das comunicações e transações digitais. Ao seguir corretamente as etapas do ciclo de vida das chaves, é possível manter um ambiente seguro e confiável para o uso de certificados digitais.

2. Tipos de gerenciamento de chave

O gerenciamento de chaves pode ser realizado de forma centralizada ou descentralizada:

- Gerenciamento de chaves centralizado: Nesse modelo, todas as chaves de criptografia são armazenadas e gerenciadas em um único local centralizado. Geralmente, isso é feito por uma entidade central, como uma Autoridade Certificadora (CA) ou um servidor de chaves dedicado. Todas as solicitações de certificados e operações relacionadas às chaves são direcionadas a esse ponto central, o que permite um controle mais rigoroso e padronizado sobre as chaves e os certificados. O gerenciamento centralizado facilita a aplicação de políticas de segurança e garante a conformidade com os padrões estabelecidos.
- Gerenciamento de chaves descentralizado: Nesse modelo, as chaves de criptografía são distribuídas e gerenciadas em diversos locais ou sistemas independentes. Cada entidade ou sistema pode gerar suas próprias chaves e certificados, sem depender de uma autoridade central. Isso proporciona uma maior autonomia e flexibilidade, permitindo que cada entidade tenha controle total sobre suas chaves e certificados. No entanto, o gerenciamento descentralizado pode apresentar desafios em termos de coordenação e conformidade, uma vez que não há uma única autoridade central responsável pelo controle e pela aplicação de políticas de segurança.

2.1 Vulnerabilidade no gerenciamento de certificados

Se o gerenciamento de certificados e chaves não for realizado de maneira adequada, várias vulnerabilidades podem surgir, comprometendo a segurança e a confiabilidade de uma infraestrutura de chaves públicas:

- Exposição de chave privada: Se as chaves privadas forem mal protegidas ou armazenadas em locais não seguros, elas podem ser facilmente acessadas por indivíduos não autorizados. Isso pode levar à divulgação de informações sensíveis, como dados criptografados, comunicações privadas ou até mesmo a possibilidade de falsificação de identidade.
- Certificados inválidos ou comprometidos: Se os certificados digitais forem emitidos de forma inadequada ou se os processos de autenticação e verificação forem insuficientes, certificados inválidos ou comprometidos podem ser aceitos como válidos. Isso pode permitir que atacantes obtenham acesso não autorizado a sistemas ou dados confidenciais.
- Falta de revogação de certificados: A revogação de certificados é essencial para invalidar certificados que foram comprometidos, perdidos ou não são mais confiáveis. Se os certificados não forem revogados corretamente e as listas de revogação não forem atualizadas, os sistemas podem continuar a confiar em certificados inválidos, permitindo a ocorrência de ataques e violações de segurança.
- Falha na renovação de certificados: Se os certificados não forem renovados antes de sua expiração, sistemas e serviços dependentes desses certificados podem deixar de funcionar. A expiração de um certificado pode resultar em interrupções de serviços, negação de acesso ou até mesmo a necessidade de reimplantar toda a infraestrutura de chaves públicas.

- Uso de algoritmos e parâmetros obsoletos: Se não houver uma política adequada de atualização e acompanhamento dos algoritmos e parâmetros de criptografía utilizados nos certificados e chaves, podem surgir vulnerabilidades devido a algoritmos fracos ou obsoletos. Isso pode permitir a exploração de ataques criptográficos avançados e comprometer a segurança dos sistemas.
- Falta de monitoramento e auditoria: A ausência de monitoramento adequado das atividades relacionadas a certificados e chaves pode dificultar a detecção de atividades suspeitas ou anômalas. A falta de auditoria pode levar a atrasos na identificação de problemas de segurança, aumentando o risco de violações de dados ou ataques cibernéticos.

3. Controle de acesso a chaves

O controle M de N de acesso a chaves é um mecanismo de segurança que visa garantir a proteção das chaves privadas em uma infraestrutura de chaves públicas (PKI). Esse mecanismo é projetado para impedir o acesso não autorizado às chaves privadas, exigindo a participação de várias entidades ou partes confiáveis para desbloquear o acesso às chaves. No controle M de N, "M" representa o número mínimo de entidades ou partes necessárias para desbloquear as chaves privadas, e "N" é o número total de entidades ou partes envolvidas.

Esse mecanismo de controle é implementado dividindo a chave privada em partes e atribuindo essas partes a diferentes entidades ou partes confiáveis. Cada parte da chave privada é mantida em sigilo e protegida separadamente. Quando é necessário usar a chave privada, um procedimento de combinação é realizado, reunindo as partes mantidas pelas entidades autorizadas para desbloquear a chave e permitir seu uso.

O controle M de N oferece uma camada adicional de segurança, pois requer o envolvimento e a concordância de múltiplas entidades ou partes para acessar as chaves privadas. Isso torna mais difícil para um indivíduo ou entidade mal-intencionada obter acesso não autorizado a uma chave privada, pois seria necessário comprometer várias partes mantidas por entidades diferentes.

Esse mecanismo é comumente usado em ambientes de alto risco, onde a proteção das chaves privadas é uma prioridade, como instituições financeiras, governamentais ou militares. O controle M de N ajuda a mitigar os riscos associados a uma única entidade ter acesso completo e exclusivo às chaves privadas, proporcionando uma abordagem mais robusta e distribuída para a proteção das chaves em uma PKI.

3.1 Custódia de chaves

A Custódia de Chaves, também conhecida como Key Escrow em inglês, consiste em um mecanismo pelo qual uma cópia das chaves privadas é armazenada em um local seguro e confiável, geralmente fora da organização ou entidade que as utiliza.

A ideia por trás da Custódia de Chaves é garantir que, em caso de perda, corrupção ou comprometimento das chaves privadas originais, uma cópia de segurança possa ser recuperada e utilizada para recuperar o acesso aos certificados digitais associados.

A entidade ou organização que detém a Custódia de Chaves é geralmente uma terceira parte confiável, como uma Autoridade Certificadora (AC) ou uma agência governamental. Essa entidade possui os meios e os procedimentos para proteger e armazenar as chaves privadas de forma segura.

A Custódia de Chaves pode ser vista como uma medida de segurança adicional para mitigar o risco de perda completa das chaves privadas, garantindo a disponibilidade contínua dos certificados digitais em caso de problemas.

No entanto, é importante notar que a Custódia de Chaves também pode gerar preocupações em relação à privacidade e à segurança, uma vez que envolve confiar a terceiros o acesso às chaves privadas.

4. Gerenciamento de certificados

Gerenciamento de certificados refere-se ao conjunto de práticas e processos utilizados para administrar certificados digitais em uma infraestrutura de chaves públicas (PKI). Isso inclui a geração, emissão, renovação, revogação, expiração e armazenamento seguro de certificados, garantindo a autenticidade, integridade e confidencialidade das informações transmitidas por meio de criptografia de chave pública.

4.1 Geração de certificados

A geração de certificados digitais em uma Infraestrutura de Chaves Públicas (PKI) envolve várias etapas e processos:

- Solicitação de certificados: O primeiro passo é a solicitação de um certificado por parte de um usuário ou entidade. Essa solicitação pode ser feita por meio de um formulário online, por um software específico ou até mesmo manualmente, dependendo da implementação da PKI.
- Criação do par de chaves: Após receber a solicitação de certificado, é gerado um par de chaves criptográficas, composto por uma chave privada e uma chave pública. A chave privada é mantida em sigilo e é usada para assinar e descriptografar dados, enquanto a chave pública é incluída no certificado e pode ser distribuída para outros usuários.
- **Preenchimento dos dados do certificado:** Com o par de chaves criado, os dados do certificado são preenchidos. Esses dados geralmente incluem informações como o nome do titular do certificado, a entidade emissora, o período de validade, o uso pretendido do certificado e outras informações relevantes.
- Assinatura digital: A próxima etapa é a assinatura digital do certificado. A chave privada do emissor é usada para assinar digitalmente o certificado, garantindo a

- autenticidade e a integridade dos dados. Essa assinatura digital é uma prova de que o certificado foi emitido por uma entidade confiável.
- Emissão do certificado: Após a assinatura digital, o certificado é emitido e disponibilizado para o solicitante. O certificado contém a chave pública, os dados do titular, a assinatura digital e outras informações relevantes necessárias para validar a autenticidade do certificado.

5. Revogação de certificados e lista de revogação de certificados (CRL)

A revogação de certificados digitais ocorre quando um certificado é comprometido, suspeito de ter sido comprometido, possui informações incorretas ou quando o titular do certificado deixa de ser autorizado a utilizá-lo.

O processo de revogação de certificados na PKI envolve os seguintes passos:

- Identificação da necessidade de revogação: A entidade emissora ou uma autoridade competente identifica que um certificado precisa ser revogado. Isso pode ocorrer em casos de comprometimento da chave privada, violação de políticas de segurança, cessação de emprego de um titular de certificado, entre outros motivos.
- Publicação da lista de revogação de Certificados (CRL): A entidade emissora gera uma Lista de Revogação de Certificados (CRL), que é um arquivo ou uma publicação online que contém informações sobre os certificados revogados. A CRL lista os números de série dos certificados revogados, juntamente com outras informações relevantes, como a data e o motivo da revogação.
- **Distribuição e Atualização da CRL:** A CRL é então distribuída e disponibilizada para os usuários e entidades que dependem da PKI para verificação de certificados. Os usuários devem periodicamente consultar a CRL para verificar se o certificado que estão utilizando foi revogado. A CRL também deve ser atualizada regularmente para incluir novos certificados revogados e remover certificados que tenham expirado.
- Verificação da Revogação: Os usuários que dependem de certificados digitais devem verificar a revogação de um certificado antes de confiar nele. Eles consultam a CRL para verificar se o número de série do certificado que estão utilizando consta na lista de certificados revogados. Caso o certificado esteja presente na CRL, o usuário deve considerá-lo inválido e tomar as medidas apropriadas.

6.Online Certificate Status Protocol (OCSP)

É um protocolo utilizado em uma Infraestrutura de Chaves Públicas (PKI) para verificar em tempo quase real o status de revogação de um certificado digital. Em vez de depender de uma Lista de Revogação de Certificados (CRL) estática, o OCSP permite uma verificação mais dinâmica e eficiente.

O funcionamento do OCSP envolve os seguintes passos:

• Solicitação OCSP: Quando um usuário precisa verificar o status de revogação de um certificado, ele envia uma solicitação OCSP para um servidor OCSP. Essa solicitação

contém informações sobre o certificado que está sendo verificado, como seu número de série.

- **Resposta OCSP:** O servidor OCSP recebe a solicitação e consulta sua base de dados para verificar se o certificado está revogado ou válido. Em seguida, ele emite uma resposta OCSP ao solicitante.
- **Resposta OCSP:** A resposta OCSP pode ter diferentes resultados. Se o certificado estiver revogado, a resposta OCSP indicará o status de revogação, juntamente com informações adicionais, como a data e o motivo da revogação. Se o certificado estiver válido, a resposta indicará que o certificado não está revogado.
- Validação do certificado: Com base na resposta OCSP, o solicitante pode validar o certificado. Se a resposta indicar que o certificado está revogado, o solicitante deve considerá-lo inválido e tomar as medidas apropriadas. Se a resposta indicar que o certificado está válido, o solicitante pode confiar nele para estabelecer uma comunicação segura.

Vale a pena ressaltar que o OCSP oferece vantagens em relação às CRLs tradicionais, pois permite uma verificação em tempo real do status de revogação. Isso é particularmente útil em ambientes onde a revogação de certificados ocorre com frequência, pois evita a necessidade de baixar e verificar CRLs grandes e frequentemente atualizadas.

7. Fixação de Certificado (Certificate Pinning)

É uma medida de segurança utilizada para garantir a autenticidade e a integridade dos certificados digitais durante uma comunicação segura. Ela impede que certificados não autorizados ou falsificados sejam aceitos, reduzindo o risco de ataques de intermediário mal-intencionado (man-in-the-middle) e outros tipos de ataques.

Funciona da seguinte maneira:

- Seleção de certificados: Durante o processo de desenvolvimento de um aplicativo ou configuração de um servidor, são selecionados um ou mais certificados confiáveis para estabelecer a comunicação segura. Esses certificados são escolhidos com base em sua autenticidade, validade e confiabilidade.
- Armazenamento de informações de identificação: As informações de identificação dos certificados selecionados são armazenadas no aplicativo ou no servidor. Isso pode incluir o número de série do certificado, seu hash criptográfico ou outras informações que permitam identificar de forma exclusiva o certificado.
- Verificação de certificados: Durante a comunicação segura, quando uma conexão é estabelecida com o servidor remoto, o cliente verifica o certificado apresentado pelo servidor. Em vez de confiar apenas nas autoridades de certificação (CAs) padrão do sistema, o cliente compara o certificado apresentado com as informações de identificação armazenadas.
- Comparação e validação: O cliente compara as informações de identificação do certificado apresentado com as informações de identificação armazenadas. Se houver uma correspondência, significa que o certificado é considerado válido e confiável. Caso

contrário, se não houver uma correspondência, o certificado é considerado não confiável e a conexão pode ser interrompida.

8.OpenSSL

O OpenSSL é uma biblioteca de código aberto amplamente utilizada para implementação de criptografia, incluindo o gerenciamento de certificados digitais em uma Infraestrutura de Chaves Públicas (PKI).

O OpenSSL oferece diversas funcionalidades que podem ser usadas no gerenciamento de certificados digitais, como geração de chaves, criação e assinatura de certificados, criação e verificação de assinaturas digitais, entre outras.

8.1 Geração de chaves

O OpenSSL permite a geração de pares de chaves criptográficas, compostos por uma chave privada e uma chave pública. Com o OpenSSL, é possível gerar chaves RSA, DSA, ECDSA e outros algoritmos suportados. Essas chaves podem ser usadas para criar certificados digitais.

8.2 Criação e assinatura de certificados

O OpenSSL possui ferramentas que permitem a criação de certificados digitais, como o comando "openssl req". Com esse comando, é possível gerar uma solicitação de certificado (CSR) contendo informações sobre o solicitante. Em seguida, o OpenSSL também permite assinar digitalmente essa solicitação para gerar um certificado válido.

8.3 Criação e verificação de assinaturas digitais

O OpenSSL oferece suporte a diferentes algoritmos de assinatura digital, como RSA e ECDSA. Com o OpenSSL, é possível criar assinaturas digitais de arquivos ou dados usando uma chave privada. Além disso, o OpenSSL permite verificar a autenticidade e a integridade de assinaturas digitais usando a chave pública correspondente.

8.4 Verificação de certificados

O OpenSSL também fornece ferramentas para verificar a validade e a integridade de certificados digitais. Por exemplo, o comando "openssl verify" permite verificar se um certificado é confiável e se foi assinado por uma autoridade de certificação (CA) confiável.

8.5 Gerenciamento de CRLs

O OpenSSL suporta a criação, verificação e atualização de Listas de Revogação de Certificados (CRLs). Com o OpenSSL, é possível gerar CRLs contendo informações sobre certificados revogados, bem como verificar a validade e a integridade dessas CRLs.

8.6 Implementação de OCSP responders

O OpenSSL pode ser usado para implementar servidores OCSP (Online Certificate Status Protocol) Responders. Esses servidores permitem que os usuários consultem o status de

revogação de um certificado em tempo real, fornecendo uma resposta direta sobre o status de revogação do certificado solicitado.